

EDITORIAL

A Revista Cadernos de Pesquisa – RCP, volume 28, número 01 – 2021, apresenta o dossiê **Política, gestão e democracia na educação: debates contemporâneos**, edição coordenada por três docentes vinculadas a instituições das regiões Norte, Sul e Sudeste. Organizado durante o atípico ano de 2020, sua formulação é atravessada pelas preocupações que perpassam a sociedade mundial nesse momento histórico, cujo distanciamento social decorrente da pandemia de Coronavírus exigiu, dentre outras urgências, a ressignificação das práticas educativas escolares.

Tais redefinições ocorrem em um momento muito particular de forte tendência à radicalização das políticas ultraliberais e conservadoras em todo o mundo que, lamentavelmente, tem avançado, de forma inadvertida e superficial, para o campo das políticas educacionais como uma enviesada resposta à crescente descrença nos mecanismos para a construção de uma sociedade democrática, entre eles a escola.

No Brasil, esse movimento, ao mesmo tempo em que coloca em risco conquistas históricas no campo da educação brasileira, como aquelas garantidas na Constituição Federal de 1988 e mais recentemente no Plano Nacional de Educação (2014-2024), situa a escola como centro do debate, realçando sua incontestável importância para a organização da sociedade, ainda que para a manutenção dos padrões de acumulação econômica de mercado.

Nesse cenário, perpassado por contradições, algumas poucas e raras conquistas apontam para a centralidade da democracia no campo da política e da gestão educacional, considerada aqui como elemento indispensável na garantia de uma educação pública, gratuita e com qualidade social para todos e todas.

São quinze artigos resultantes de pesquisas conduzidas por pesquisadores/as nacionais e internacionais.

Marcio Pochmann abre o conjunto de textos com o ensaio **Aceleração ou interrupção das tendências brasileiras de subdesenvolvimento e dependência** analisando em que medida os avanços educacionais no Brasil, em curso desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, entraram em sintonia com a evolução da demanda de natureza econômica em relação à qualificação da força de trabalho e às exigências da produção tecnológicas.

Em seguida, um conjunto de cinco artigos aborda diferentes e complementares aspectos da íntima relação entre democracia, escola e educação. Cristiane Machado e Edson Francisco de Andrade examinam injunções da legislação educacional no movimento de democratização do direito à educação no Brasil em **Democratização do direito à edu-**

cação básica no Brasil: algumas ponderações. Dinair Leal da Hora e Luziane Said Cometti Lélis em **Gestão democrática e escola justa: uma relação orgânica** discutem os princípios e os fundamentos de gestão democrática e escola justa no contexto da justiça social, demonstrando sua profunda articulação para a promoção da justiça educacional. Elisângela Andrade Moreira Cardoso, Daniela Oliveira Vidal da Silva e Cláudio Pinto Nunes em **Políticas de democratização/descentralização na gestão escolar de Vitória da Conquista - BA: encontros e desafios** debatem a democratização/descentralização na gestão escolar implementadas no município de Vitória da Conquista, Bahia, nos últimos dez anos, evidenciando retrocessos nas políticas recentes. Cassia Domiciano, Márcia Cossetin e Nádia Drabach em **Gestão democrática no estado de Mato Grosso: conquista ameaçada pela implantação de políticas educacionais conservadoras** problematizam a gestão escolar democrática na rede estadual e nos diferentes municípios do estado de Mato Grosso após a decisão favorável à inconstitucionalidade da eleição para diretores de unidades de ensino, proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro de 2019. Virgínio Sá e Guilherme Rego da Silva, com base na análise de conteúdo dos documentos estruturantes de um dos agrupamentos de escolas, objetivam responder à questão: Como se organiza a escola para promover a democracia? em **Política, gestão e democracia no governo das escolas: o caso de um agrupamento escolar no norte de Portugal.**

A educação integral é o tema enfatizado por Antônio Carlos Maciel e Cintia Adélia da Silva em **Na trilha do conceito de educação integral no Brasil – 1925/1996** e por Bruno Adriano Rodrigues da Silva, Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho e Sabrina Moehlecke em **Direito à educação integral e(m) tempo integral: normativas, princípios orientadores e indicadores para monitoramento.** No primeiro, debate se concentra na concepção, nos fundamentos epistemológicos, políticos e pedagógicos e na crítica às políticas educacionais e suas experiências pedagógicas malsucedidas. O segundo, se propõe a analisar a Educação Integral e(m) Tempo Integral cotejando alguns dos princípios que têm orientado esse debate na literatura da área com os documentos normativos já elaborados acerca do assunto e com as fontes de dados disponíveis no país, no intuito de propor possíveis estratégias de monitoramento desta parte da política educacional brasileira.

Em **Permanências, rupturas e desafios na educação brasileira**, Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, Anselmo Alencar Colares e Maria José Pires Barros Cardozo discorrem sobre os desafios que marcam as proposições de políticas educacionais, assim como as rupturas e as permanências históricas, privilegiando o foco no Plano Nacional de Educação em vigência (Lei nº 13.005 de 2014). Planos de Educação são temas em destaque também nos artigos de Marli dos Santos de Oliveira, Maria Dilnéia Espindola Fernandes e Elisângela Alves da Silva Scaff e Regina Tereza Cestari de Oliveira. No primeiro, **Município, poder local e Planos Municipais de Educação** a discussão gira em torno do planejamento educacional em geral e, em âmbito municipal em particular, exigem novas reflexões a fim de situar a materialização da autonomia municipal, sobretudo no que concerne à sua política educacional tendo como epicentro seu respectivo plano municipal de educação. No se-

gundo, **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul: entre a gestão gerencial e a gestão democrática** são apresentados e analisados resultados de pesquisa sobre o processo de materialização do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE/MS) como política pública.

Em **Avaliações da aprendizagem externas em larga escala e gestão escolar: características, conflitos e alternativas**, Ocimar Munhoz Alavarse, Raíssa de Oliveira Chappaz e Pâmela Félix Freitas objetivam caracterizar as implicações das avaliações externas na realidade escolar, demarcando os conflitos que têm sido produzidos em várias dimensões e apontam algumas alternativas em relação aos posicionamentos e usos de resultados destas avaliações.

Flávia Obino Corrêa Werle e Maria José Santos da Silva caracteriza vulnerabilidade como um processo dinâmico situado entre inclusão e exclusão para discutir características do Programa Bolsa Família e apresentar resultados de pesquisa realizada em Município da Grande Porto Alegre em **Vulnerabilidade social: práticas e desafios em escolas públicas de educação básica**.

Luís Gustavo Alexandre da Silva e Geovana Reis em **Os efeitos da descentralização na gestão da escola pública e no trabalho do diretor em tempos de reforma educacional** analisa os efeitos do processo de descentralização, em um contexto de reforma educacional, na gestão da escola e no trabalho do diretor, no sistema estadual de ensino de Goiás.

Por fim, Lia Machado Fiuza Fialho, Lorena Brenda Santos Nascimento e Scarlett O'hara Costa Carvalho apresentam narrativa biográfica de uma aluna da primeira turma do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia do Ceará em **Memórias de Maria Helena da Silva: licenciatura em pedagogia em tempos de ditadura (1966-1971)**.

Na esperança de que esse conjunto de artigos inspire alternativas agregadoras e transpire novas resistências, desejamos uma excelente leitura!

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares/UFOPA
Cristiane Machado/UNICAMP
Elisangela Scaff/UFPR
Organizadoras